



INTEGRAÇÃO

Uma posse concorrida e prestigiada é o que se pode dizer da investidura, pela segunda vez, de Gonçalo Gonçalves Bezerra como presidente da Associação dos Moradores. Promessa de muito trabalho

Desde sua fundação como aporte social com vistas a conter as "invasões" que fazem história na Capital da República, Ceilândia se debate com o problema da regularização dos terrenos em que foram sendo edificadas residências. Agora, o governo decidiu.

Terra à vista

Terracap dialoga com população interessada em regularizar posse

O Superintendente da Terracap, Coronel Eni de Oliveira, esteve na Ceilândia, no Salão Comunitário daquela satélite para detalhar a formalização da proposta daquela empresa imobiliária, na solução do problema dos lotes ainda em fase de regularização.

Aproximadamente cinquenta pessoas, em sua maioria pertencentes à comissão denominada dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, dialogaram com Eni de Oliveira que apresentou uma alternativa de arrendamento - uma espécie de poupança compulsória - para os que não tivessem condições de adquirir o lote, nos moldes da regularização que está sendo desenvolvido em todo o Distrito Federal.

COMISSÃO

O problema da regularização dos lotes naquela satélite vem se arrastando desde que a Novacap começou a vender os terrenos, por um preço simbólico, aos moradores que vieram das invasões que deram origem à remoção. No princípio houve vendas realizadas até por seiscentos cruzeiros e o Serviço Social, na época, servia como elo de ligação entre os moradores e o antigo Departamento Imobiliário.

Em 1971, o salário mínimo era em torno de duzentos e sessenta cruzeiros e para quitar um lote era necessário cerca de quatro salários mínimos. Hoje para quitar esse mesmo lote, são necessários mais de vinte e cinco salários mínimos, fato que vem servindo de motivação para os antigos moradores daquela satélite, que ainda possuem a ordem inicial de ocupação, reivindicar uma redução no preço arbitrado pela Terracap.

Movimento nesse sentido, que retrata a insatisfação dos habitantes da Ceilândia, teve início há poucos meses, na sede da Associação e Ação Cristã Pró - Gente, congregando os interessados em uma concentração que foi realizada até debaixo de chuva. Foram os primeiros passos para formação de uma comissão que pudesse tratar dos interesses dos habitantes, a nível governamental. Uma assembléia - monstro, foi realizada no Clube Comunitário Padre Primo Scossolini, o conhecido "Primão" que contou com cerca de três mil pessoas, quando se elaborou um documento que seria levado ao Governador do DF, Coronel Aimé Lamaison, solicitando um reajustamento nos preços dos lotes, tomando por base o preço inicial, que viria percentualmente acompanhar a valorização do lote, em termos estimativos ao salário e ao preço cobrado em 1971.

Embora a formação de uma

comissão devesse obedecer ao critério de componentes que residissem na cidade, dentro da problemática dos lotes irregulares, na comissão dos chamados Incansáveis Moradores, há elementos estranhos, que estão aproveitando para insuflar os realmente necessitados, à recusa da proposta que foi apresentada pela Terracap. O cargo de secretária da Comissão é ocupado por uma senhora de nome Lúcia, que pertence à Ação Cristã Pró - Gente, não mora nas condições irregulares dos demais e pertence à "direção" da comissão. Durante a reunião com o superintendente da Terracap, Lúcia formulou perguntas "intencionais": "há pessoas que pegam os carnês de pagamento dos lotes, pensando que poderiam pagá-los e não tem condições pelo excessivo valor dos mesmos, e pala pressão indireta do governo que não está dando maiores explicações, num processo moroso. A Terracap quer nos ganhar pelo cansaço?" Motivada pela influência de Lúcia, a comissão vai perdendo o interesse em resolver o problema comunitário. Há como que, uma intenção deliberada em tumultuar o processo de regularização que o GDF vem mantendo. Exemplo disso foi no dia em que o Governador Aimé Lamaison se propôs a receber no Palácio Buriti, a comissão dos moradores. Um tumulto foi formado na frente do Palácio, com populares portando faixas e cartazes, numa forma indireta de pressionar o governo para ceder às reivindicações ditas "comunitárias". Muita gente "faturando" opinião pública, na tentativa de se posicionar politicamente, já que espera - se abertura de eleições no DF, naquela de "acender uma vela para Deus e outra para o Diabo".

PROPOSTA

Presente também à reunião a Administradora local, Maria de Lourdes Abadia Bastos e a Coordenadora do CDS da Ceilândia, em resumo, Eni de Oliveira propôs aos moradores da cidade: vai continuar a regularização dos lotes. Quem não pode regularizar pelo preço arbitrado pela Terracap paga o arrendamento que terá um desconto de quarenta por cento do preço de regularização. Quem a arrenda não pode vender, mas pode passar o seu arrendamento para outros, se tiver anuência da Terracap. A taxa única de locação será a divisão de cem parcelas iguais do preço do terreno, formando assim uma poupança involuntária e para quitação ao preço de mercado com um abatimento expressivo.



Além da Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, muita gente compareceu para ouvir o Superintendente da Terracap

127 D.F. - Ceilândia